

OLIVEIRA TRUST S.A.
CNPJ nº 21.110.778/0001-23

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021

OLIVEIRA TRUST S.A.
CNPJ nº 21.110.778/0001-23

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Demonstrações dos valores adicionados - Informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Oliveira Trust

A história do Grupo Oliveira Trust (“Grupo”) se inicia em maio de 1991, quando da aquisição, pelos atuais acionistas controladores, da Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Atualmente somos compostos por seis empresas controladas pela OLIVEIRA TRUST S/A (“Controladora”), sendo que a OLIVEIRA TRUST DTVM S/A e a OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A são as que exercem as atividades operacionais no Grupo.

Temos o foco na prestação de serviços fiduciários ao mercado, notadamente Serviços Fiduciários em emissões públicas e privadas, Administração Fiduciária de Fundos de Investimento, e Serviços Qualificados (Custódia, Controladoria e Escrituração de Ativos), sendo nossos principais diferenciais a inovação e o atendimento prestado por profissionais altamente qualificados e experientes, provendo soluções completas de forma estruturada e customizada às demandas de nossos clientes, com segurança e agilidade.

Em novembro de 2021, foi obtido o registro de Companhia Aberta Categoria “A” da Controladora junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na sequência da reorganização societária, após a qual esta holding, sob nova denominação, passou a deter o controle direto e indireto sobre todas as empresas do Grupo e promoveu alterações estatutárias para adequação às regras de listagem na B3, inclusive com a eleição de dois membros independentes para o Conselho de Administração.

Tal fato não só nos colocou no selecionado rol de companhias comprometidas com alto grau de transparência e práticas de governança corporativa junto ao mercado de capitais, como também nos tornou a primeira empresa do segmento a alcançar essa condição, confirmando o seu tradicional pioneirismo.

Mensagem da Administração

Iniciamos 2021 fortalecidos pelo avanço da vacinação contra a Covid-19 e, ao mesmo tempo, cientes de que o ano poderia ser de dificuldades e renovados desafios.

Como é sabido, ao longo de 2021 enfrentamos volatilidades significativas no cenário econômico. A pressão inflacionária, impactada pela alta do dólar apresentada ao longo do ano e escassez de suprimentos, exigiu aumentos gradativos na taxa básica de juros por parte do Banco Central. No início do ano, o mercado esperava uma inflação (IPCA) de 3,5%, expectativa que, no início do segundo semestre, subiu para 6%, e se concretizou em 10,6% ao final de 12 meses. Da mesma forma se comportou a taxa Selic, para qual se esperava finalizar o ano no patamar de 3,5% ao ano, e que acabou atingindo o maior patamar desde 2017, ao ser elevada para 9,25% ao ano.

Dentro desse cenário, as condições se tornaram pouco favoráveis para novas ofertas de distribuição pública de ações, especialmente iniciais (IPO) e secundárias, como era o nosso projeto. Ainda assim, tendo em vista a decisão de apresentar ao mercado as sólidas bases da nossa estratégia de crescimento, foi fundamental o empenho de todo o time na ampla preparação desenvolvida. Com total transparência, entregamos ao mercado um grau importante de abertura de informações sobre o nosso negócio, destacando o CAGR de 22,6% da receita líquida no período de 2006 a 2020, as nossas práticas de governança, sociais e ambientais, a nossa força e capacidade de enfrentar os mais variados tipos de cenários da economia ao longo de nossa história, e agora, também, com o avanço representado pelo registro de Companhia Aberta Categoria “A”, que nos foi concedido pela CVM em novembro.

Com relação ao exercício de 2021, mesmo em um cenário desafiador, seguimos protagonistas, usando nossa estratégia comercial, os diferenciais de ser plataforma financeira digital, com serviços de excelência, e o lançamento de novos produtos para atender o crescimento do mercado de dívida e de fundos, acelerando inclusive a liquidez do mercado secundário. Assim, nossa receita líquida cresceu 35%, sustentada por nossas três frentes de negócios - administração de fundos, serviços qualificados e serviços fiduciários - que apresentaram evolução acima da média dos anos anteriores. Além disso, alcançamos uma rentabilidade superior à de 2020, visto que o EBITDA aumentou 21% e o lucro líquido 13%.

Nosso objetivo é crescer de maneira contínua e consistente, nos tornando cada vez mais eficientes. Nossos alicerces para alcançar tais resultados são as pessoas e a tecnologia. Nosso capital humano não só cresceu 16% nesse ano, como também está cada vez mais preparado tecnicamente, para lidar com a evolução do mercado de capitais. Nossos desenvolvimentos em infraestrutura e tecnologia nos deixaram mais ágeis e propiciaram o lançamento de novos produtos e serviços para nossos clientes, como o Batimento Automático de P.U. e o Portal CCI, além da Escrituração das Notas Comerciais e atividade de Representante de Investidor Não Residente.

Seguindo esse ritmo de investimentos consistentes, os quais reforçam o avanço das nossas soluções tecnológicas e o nosso pioneirismo no mercado de capitais, realizamos a aquisição de participação societária na startup de tokenização LIQI DIGITAL ASSETS S.A. ("LIQI") em janeiro de 2022. A LIQI é uma plataforma que conta inicialmente com dois produtos - o de ofertas de tokens e o de infraestrutura para sua emissão via blockchain - os quais nos permitirão disponibilizar ao mercado produtos e soluções que agreguem valor à nossa missão de levar confiabilidade e inovação para o setor financeiro

Desempenho Financeiro

Conforme já mencionado, o Grupo passou por uma importante reorganização societária, sendo que até 31 de dezembro de 2020 a MCFL S/A e suas controladas OLIVEIRA TRUST DTVM S/A e OT Pagamentos S/A, que eram controladas diretamente pelos acionistas do Grupo, passaram, em janeiro de 2021, ao controle da OLIVEIRA TRUST S/A. Assim, de modo a apresentar uma base de comparação apropriada, os quadros a seguir consideram as informações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 comparativas às informações financeiras combinadas de igual período do exercício anterior.

Resultado (EM MILHARES DE R\$)	2021	2020 (*)	Varição 2021/2020
Receita Bruta	196.848	145.908	34,9%
Impostos s/ Receita	-17.005	-12.583	35,1%
Receita Líquida	179.843	133.325	34,9%
Despesas Operacionais	-87.174	-56.650	53,9%
EBITDA	92.669	76.675	20,9%
Depreciações e Amortizações	-2.632	-383	587,2%
EBIT	90.037	76.292	18,0%
Resultado Financeiro	3.995	1.131	253,2%
Lucro Operacional	94.032	77.423	21,5%
IR / CS	-29.622	-20.368	45,4%
Lucro Líquido	64.410	57.055	12,9%

(*) informação financeira combinada

Ao final de 2021 atingimos resultados consistentes com nossa estratégia. A receita bruta apresentou crescimento de 35% em relação a 2020, batendo recorde histórico e alcançando R\$ 196,8 milhões. Nossa receita líquida, manteve a mesma evolução e registrou valor absoluto de R\$ 179,8 milhões.

O mercado de capitais, ainda mais o de securitização, é muito dinâmico e acaba se adequando às suas necessidades independentemente de eventuais barreiras existentes. Em um ano de volatilidade na taxa de juros, câmbio e bolsa, o mercado de capitais brasileiro conseguiu encerrar 2021 com recordes de volume e número de operações, segundo dados da Anbima. O volume consolidado captado foi 60% maior do que em 2020, sendo que o ano começou com emissões de ações - como alternativa de "funding" às Companhias - tendência essa que foi revertida para renda fixa no segundo semestre, em razão da queda da bolsa e fuga de capital da renda variável. Os destaques dessa reversão ficaram por conta dos CRIs, Debêntures e FIDCs, produtos vinculados à nossa prestação de serviços, os quais tiveram volume financeiro superior ao dobro do emitido em 2020. Nosso valor está em executar uma estratégia que acompanha essa evolução, demonstrando resiliência e constante crescimento em nossos resultados.

Em relação às despesas, verifica-se um aumento de 54% em relação ao ano anterior, sendo que o maior impacto dessa variação decorre da reestruturação da remuneração dos nossos administradores. Em adição, e de acordo com a nossa estratégia de adequação aos desafios de um crescimento acima da média, ocorreu também aumento em despesas devido à ampliação do nosso quadro de colaboradores, a despesas relacionadas com sistemas e tecnologia e com a estrutura de governança corporativa, notadamente com a organização do nosso Conselho de Administração.

O resultado foi o crescimento de 21% no EBITDA, atingindo R\$ 92,6 milhões, ante R\$ 76,6 milhões alcançados em 2020. Isso levou a margem EBITDA a se manter no excelente patamar de 52%. Nosso lucro líquido também se destacou, atingindo R\$ 64,4 milhões, aumento de 13% sobre 2020, resultando na margem líquida de 36%.

A receita financeira, ao longo do exercício de 2021, apresentou crescimento se comparado com 2020. Tal fato decorreu, substancialmente, da aplicação dos recursos provenientes do aumento de capital social da OT DTVM - de R\$ 21,4 milhões - ocorrido em janeiro de 2021, alinhado às medidas prudenciais estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, e impactada também pela taxa de juros média de 2021, que foi superior à de 2020.

Desempenho Financeiro por Segmento de Negócio

Esse resultado positivo teve origem em todas as nossas três linhas de negócios, as quais apresentaram forte crescimento no exercício de 2021 como demonstrado na tabela abaixo. Vale ressaltar que a participação de cada uma delas no total da receita líquida está bem equilibrada, o que comprova nossa resiliência de resultados ao longo dos anos. Esse equilíbrio é fruto da nossa capacidade de oferecer soluções completas e customizadas, o que acaba criando uma interconexão de serviços entre os nossos segmentos para o mesmo cliente, gerando fidelização com ele.

Receita Líquida por Segmento (EM MILHARES DE R\$)	2021	Part. sobre a receita	2020 (*)	Part. sobre a receita	Varição 2021/2020
Fundos	63.280	35%	49.555	37%	27,7%
Serviços Qualificados	69.200	38%	50.433	38%	37,2%
Serviços Fiduciários	47.362	26%	33.337	25%	42,1%
Receita Líquida Total	179.843		133.325		34,9%

(*) informação financeira combinada

Fundos

Nosso segmento de Fundos compreende as atividades relacionadas ao controle e manutenção de carteira de valores mobiliários, incluindo a contratação e supervisão diligente de outros prestadores de serviço. Conta com uma equipe multidisciplinar composta por profissionais altamente qualificados e capacitados, que se dedica única e exclusivamente a exercer as atividades inerentes ao serviço de Administração Fiduciária, possibilitando aos clientes e investidores foco exclusivo na gestão de ativos e estratégias de investimento dos fundos sob nossa administração.

Apesar de termos atuação em todos os tipos de fundos, nos destacamos em FIDCs (Fundo de Direitos Creditórios), FIs (Fundos de Investimento Imobiliário) e FIP (Fundo de Investimento em Participações). Em 2021, nosso patrimônio líquido (“PL”) sob administração, considerando apenas o segmento de Fundos, apresentou evolução de 19,5% em relação a 2020, decorrente, principalmente, do crescimento dos FIDCs, que tiveram patrimônio líquido sob administração elevado em 30,2% no exercício.

Esse fator impactou diretamente nossa geração de receita dentro desse segmento, que atingiu R\$ 63,3 milhões ante R\$ 49,5 milhões de 2020, representando aumento de 27,7%.

Serviços Qualificados

Em Serviços Qualificados, atuamos com custódia, controladoria e escrituração dos ativos. Serviços esses que agregam muito ao pacote de serviços oferecidos aos nossos clientes, que encontram no Grupo uma gama completa para atendimento dos seus objetivos.

Em Custódia, prestamos os serviços de guarda, registro, liquidação física e financeira de ativos, além do controle de eventos junto às centrais depositárias. No caso de FIDCs, além disso, realizamos a verificação de lastro e guarda de documentação comprobatória do fundo. Já em Controladoria, nossos serviços consistem no apreamento dos ativos, provisionamento de taxas e despesas, apuração do valor de cota e o registro dos lançamentos contábeis das operações realizadas pelos fundos, sempre levando em conta a legislação e regulamentação vigentes. Por fim, em Escrituração, os nossos serviços contemplam o registro eletrônico dos papéis emitidos, tratamento tributário, liquidação dos pagamentos, conciliação dos ativos com o depositário central (B3), envio de relatórios aos clientes e reporte periódico aos órgãos reguladores.

Considerando todos esses serviços em conjunto, registramos aumento de patrimônio dos ativos sob custódia e controle de 56% em 2021, com grande destaque para a escrituração de debêntures e custódia e controladoria de FIDCs. Com isso, a receita desse segmento registrou crescimento de 37,2%, saindo de R\$ 50,4 milhões em 2020 para R\$ 69,2 milhões em 2021.

Serviços Fiduciários

O segmento de Serviços Fiduciários foi a primeira área de atuação do Grupo, prestando serviços de Agente Fiduciário em emissões públicas. Tal serviço compreende, no âmbito do disposto na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o controle de obrigações contratuais e a atuação na preservação dos direitos dos investidores, notadamente em operações estruturadas, o que nos tornou referência na prestação desses serviços. Na esteira da evolução dessas atividades, incluímos em nosso rol a prestação de serviços fiduciários em emissões privadas, tendo como escopo principal o monitoramento de garantias e obrigações assumidas pelos emissores, zelando pelos direitos e interesses dos credores. Ainda prestamos serviços fiduciários relacionados a operações de CRI (Certificados de Recebíveis Imobiliários), CRA (Certificados de Recebíveis do Agronegócio), Debêntures, Nota Promissórias, Letras Financeiras, LIGs (Letra Imobiliária Garantida) e CCIs (Cédula de Crédito Imobiliário).

Nesse segmento o que impacta diretamente nossa receita são os números de contratos ativos e não o PL sob gestão. A única exceção a essa regra são as LIGs, cujo volume impacta na receita, dadas as exigências de controle e espelhamento da carteira lastro das emissões.

Em número de contratos - excluindo as LIGs - aumentamos nossa carteira em 85%, com significativo destaque para Debêntures (+37%), CRIs (+30%) e CRAs (+126%). O volume financeiro das LIGs avançou 134% em 2021. Esse crescimento, que foi reflexo da mudança da estratégia comercial, através da qual alteramos os formatos de precificação e negociação, elevou nossa receita líquida de Serviços Fiduciários para R\$ 47,4 milhões, correspondendo ao crescimento de 42,1% no exercício de 2021 em relação a 2020.

Pessoas

Esses ótimos resultados reiteram comprometimento dos nossos colaboradores e eles têm sido fundamentais nessa trajetória positiva.

Terminamos 2021 com 264 colaboradores, o que representou aumento de 16% em nossa equipe em comparação com 2020. Desse total, 40% são mulheres, as quais estão presentes nos mais variados níveis de liderança do Grupo, inclusive no Conselho de Administração.

Nossa política de recursos humanos se baseia nos princípios presentes em nossos valores, dentre os quais se destacam o respeito, dignidade e honestidade com o próximo. Não toleramos qualquer tipo de discriminação sobre diversidade cultural, social, religiosa e racial. Por isso, em 2021 realizamos a Campanha de Capital Humano, trabalhando autovalorização, a diversidade e apoio frente a qualquer tipo de assédio.

Como o foco e dedicação à nossa equipe é um fator relevante e estratégico para o Grupo, resumimos abaixo outros destaques das iniciativas junto ao nosso pessoal, ocorridos ao longo de 2021:

- Executamos o novo plano de cargos e salários, reposicionando a faixa salarial dos nossos colaboradores e esclarecendo sua trajetória e perspectivas dentro da Companhia.
- Realizamos a 1ª pesquisa de Clima OT, no intuito de ouvir e adequar cada vez mais nosso ambiente de trabalho às necessidades dos nossos colaboradores. A pesquisa nos revelou uma taxa de satisfação de 83%.
- Aderimos ao Movimento Mente em Foco como uma forma de trazer para o centro das decisões a pauta da saúde mental, estabelecer ações concretas e de suporte aos colaboradores. O objetivo é que a saúde mental seja tratada não apenas como uma medida emergencial, mas sim como um tema perene. Tal ação inclusive vai ao encontro do ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU) 3 Saúde e Bem-Estar.
- Implantamos o benefício de acesso a diversas academias de ginástica, facilitando e incentivando nosso pessoal a ter cada vez mais cuidado também com a saúde física.

Em adição, mas não menos relevante, em 2021 foram oferecidos 703 treinamentos nas mais diversas áreas, como tecnologia, finanças, mercado de capitais e compliance, atingindo 60% dos nossos colaboradores. O objetivo é capacitar cada vez melhor a nossa equipe e atender aos mais diferentes desafios dos nossos segmentos de negócios, assim como o fortalecimento de nossos sistemas de controles internos e redução de exposição a riscos, principalmente operacional e reputacional.

Tecnologia

Como ressaltamos algumas vezes ao longo do relatório, nossa estratégia e alicerce para bons resultados estão calcados em pessoas e tecnologia. Nossa atuação é na prestação de serviços aos mercados financeiro e de capitais, por isso entendemos desde muito cedo a importância da contínua atualização tecnológica para esses serviços.

Ainda em 1997, criamos nosso primeiro robô para fazer a análise de balanços e gerar automaticamente o relatório anual do Agente Fiduciário. Atualmente, temos tecnologia de inteligência artificial na leitura e validação segura de contratos, essencial para uso nos controles de lastro das securitizações.

E essa busca por tecnologia veio crescendo ano após ano. Em 2020 tínhamos em nosso time de tecnologia 34 colaboradores. Em 2021, fechamos o ano com 49 especialistas trabalhando constantemente em novos produtos, construindo novas aplicações e melhorando as ferramentas para nossos processos de entrega e controle.

Com esse time tem sido possível propor e também montar aplicações e integrações de acordo com as demandas, em trabalho conjunto com as áreas de estruturação e comercial, viabilizando operações complexas, o acesso a novos clientes e a fidelização dos tradicionais. E tudo isso de uma forma cada vez mais segura, reforçada pelos investimentos em treinamentos de cibersegurança e controles, em atendimento à LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Por fim, vale destacar algumas das novas tecnologias lançadas pela Oliveira Trust, como:

- sistema próprio de batimento de PU que, de forma automatizada, permite ao cliente fazer a análise, solicitar correções e amortizações extraordinárias sem a necessidade de troca de e-mails ou telefonemas. Serviço esse que também está disponível para integração via API com nossos clientes.
- sistema próprio de cadastro online, eliminando papel, que permite o cadastro passo a passo, a assinatura conjunta de procuradores além do preenchimento do formulário de suitability, impactando clientes, fornecedores e investidores.
- a nova versão de nosso site, mais intuitivo, informativo e dinâmico, incluindo nosso Bot para busca de informe de rendimentos.

ASG - Ambiental, Social e Governança

Praticamos e incentivamos condutas éticas e transparentes, bem como disseminamos a cultura de responsabilidade, coibindo quaisquer atos que impactem no desenvolvimento socioambiental. Respeitamos os princípios presentes na Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como oferecemos condições dignas de trabalho. Incentivamos o trabalho decente em âmbito global para homens e mulheres, considerando aspectos como a não discriminação, a segurança, as condições de salubridade, a erradicação do trabalho infantil, escravo, entre outros. Fazemos uso de conceitos de preservação do meio ambiente de forma a evitar desperdícios e utilizar consumo energético eficiente.

A nossa marca tem o propósito de promover mudanças positivas na vida das pessoas e da sociedade. A entrega de nossos serviços, orientados para atender às necessidades de nossos clientes, refletem nossa busca constante em proporcionar a melhor experiência para todos com quem nos relacionamos no dia-a-dia.

Ambiental

Desde 2019 realizamos a compensação das emissões de gases de efeito estufa de nossas atividades. O projeto no qual investimos para neutralizar essas emissões está implementado na região da Serra da Mantiqueira, no bioma Mata Atlântica, e o fazemos em parceria com a ONG-Grupo Dispersores.

Assim, no início de cada ano apuramos, junto com a ONG, os impactos das nossas atividades realizadas no ano anterior e o quanto é necessário para compensarmos essas emissões. Em 2020 emitimos 76,6 CO₂ e viabilizamos a plantação de 327 árvores, cooperando com a recomposição do bioma Mata Atlântica. Todavia, para ir além, plantamos outras 334 árvores, cooperando com a iniciativa Amigos da Floresta, para totalizar 661 árvores plantadas, mais que o dobro do necessário para neutralizar as emissões de CO₂ de nossas atividades.

Os registros dessas iniciativas, que também se repetirão agora em 2022 referente ao emitido em 2021, podem ser confirmadas através dos selos abaixo:



Adicionalmente, realizamos também a coleta seletiva do lixo gerado em nossos escritórios, encaminhando os resíduos para reciclagem. Parece uma iniciativa simples, mas quando analisamos em números ela surpreende. Através dessa coleta seletiva foi possível providenciar a reciclagem de 680Kg de papel e papelão, 100Kg de plástico e 45Kg de alumínio.

Social

No social, temos trabalhado tanto com equipes internas, como com consultorias externas, para cada vez mais investirmos em projetos sociais, de educação e saúde.

Em 2021 o valor direcionado a esses projetos foi 70% maior do que em 2020, alcançando R\$ 718 mil. Abaixo a lista detalhada dos projetos e valor direcionado a cada um deles.

Lei de Incentivo / Projeto	Valor (R\$)
Fundo da Infância e da Adolescência	R\$ 62.009
<i>Hospital Pequeno Príncipe</i>	R\$ 62.009
Fundo do Idoso	R\$ 62.009
<i>Santa Casa de Misericórdia SP</i>	R\$ 62.009
Lei Federal de Incentivo à Cultura (Rouanet)	R\$ 248.035
<i>Academia Juvenil da Orquestra Petrobras</i>	R\$ 30.545
<i>Doutores da Alegria</i>	R\$ 22.277
<i>HACKTUDO 2021</i>	R\$ 55.213
<i>Livro Editora Arte Ensaio</i>	R\$ 20.000
<i>Reforço do Futuro</i>	R\$ 120.000
Lei Federal de Incentivo ao Esporte	R\$ 46.623
<i>Pedro Boesel - Fórmula Porsche</i>	R\$ 46.623
Lei Municipal de Incentivo RJ (ISS-RJ)	R\$ 299.787
<i>Conexão do Bem</i>	R\$ 35.000
<i>HACKTUDO 2021</i>	R\$ 44.787
<i>Livro "Além dos sonhos" - Roman Romancini</i>	R\$ 120.000
<i>Rio2C</i>	R\$ 100.000
TOTAL	R\$ 718.463

Governança Corporativa

Entendemos que a adoção de boas práticas de governança corporativa agrega valor a uma empresa e contribui para a sua longevidade. Em especial, para nós, tal fato está intrínseco à nossa atividade, na qual regras, controles e confiança são a base de tudo. Desta forma, adotamos práticas de governança corporativa que estão alinhadas às melhores em vigor no mercado brasileiro, além de cumprirmos regras conforme normas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

Estamos sempre em busca da evolução constante de nossas políticas e mecanismos de gestão para garantir a excelência em nossas práticas e o crescimento sustentável da nossa organização.

Por isso, possuímos uma área de Compliance, responsável por atuar junto aos demais componentes da estrutura, com o objetivo de assegurar o cumprimento das diretrizes internas e externas estabelecidas, sendo uma unidade organizacional independente, segregada da Auditoria Interna e subordinada à Diretoria Executiva.

Eventos Subsequentes

Em 12 de janeiro de 2022, divulgamos ao mercado fato relevante sobre a aquisição de participação societária, por meio da nossa subsidiária Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, na forma de ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, de emissão da LIQI DIGITAL ASSETS S.A. (“LIQI”), correspondente a 10% do seu capital social.

Essa aquisição fez parte de uma rodada de investimentos liderada pelo Fundo Kinea Ventures, que em conjunto conosco e com o Fundo Honey Island by 4UM compuseram um aporte Série A de R\$ 27,5 milhões à LIQI.

Fundada em 2021, a LIQI é uma plataforma de tokenização que democratiza o acesso a ativos em frações digitais, através da tecnologia do blockchain. A plataforma conta com dois produtos - o de ofertas primárias de tokens emitidos por empresas parceiras e o da plataforma B2B, responsável pela infraestrutura da emissão dos tokens via blockchain.

Esse investimento nos coloca à frente de um segmento em franca ascensão, mantendo-nos na vanguarda do mercado em que atuamos.

Declaração da Administração

A Administração da Controladora declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, assim como reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, o Grupo Oliveira Trust informa que não contratou os auditores independentes para prestação de outros serviços que não fossem os serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras ou dos fundos administrados pelas empresas integrantes de seu grupo econômico.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros pela confiança em nós depositada, e a cada um dos colaboradores que constroem diariamente a nossa história vitoriosa ao longo desses 30 anos.

Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 2022.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Oliveira Trust S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Oliveira Trust S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações, individual e consolidada, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Oliveira Trust S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receitas de prestação de serviços (Notas nºs 22 e 29)

As receitas de prestação de serviço da Companhia são compostas substancialmente por serviços de administração de fundos de investimento, serviços qualificados e serviços fiduciários.

Essas receitas são mensuradas conforme os termos contratuais que consideram valores fixos ou percentual de comissão para os serviços prestados. O reconhecimento da receita requer controles da Administração para determinação do registro no momento em que os serviços são prestados.

Considerando a relevância dessas receitas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, essa área foi foco em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- i) Entendimento do ambiente de controles internos referente aos processos de reconhecimento de receitas; ii) Confronto das informações analíticas contidas nos sistemas operacionais com a receita reconhecida no sistema contábil; iii) Em base amostral, inspeção da documentação suporte das receitas registradas, e confrontamos com a liquidação financeira subsequente; iv) Recálculo de determinadas transações de receitas registradas.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada, do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no

Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022.

OLIVEIRA TRUST S.A.

(anteriormente Confiance Participações S.A.)

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		18.080	2.627	131.021	7.026
Caixa e equivalentes de caixa	5	157	-	113.819	214
Ativos financeiros	6	-	49	230	6.153
Contas a receber	7	-	-	7.125	325
Dividendos a receber	9	17.917	2.578	-	-
Outros créditos	8	6	-	9.847	334
Não circulante		48.646	1.231	12.229	831
Créditos tributários	24	-	-	2.248	-
Investimento em controladas	9	48.646	1.231	-	-
Outros investimentos		-	-	26	11
Direitos de uso	10	-	-	8.269	572
Imobilizado	11	-	-	1.637	246
Intangível	12	-	-	49	2
		-	-	-	-
Total do Ativo		<u>66.726</u>	<u>3.858</u>	<u>143.250</u>	<u>7.857</u>

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		140	2.578	68.100	6.393
Fiscais e previdenciários	14	98	-	29.571	2.079
Obrigações trabalhistas	19	-	-	9.528	1.259
Dividendos a pagar	15	-	2.578	-	2.578
Arrendamento a pagar	16	-	-	1.934	388
Receitas antecipadas	17	-	-	1.167	-
Negociação e intermediação de valores	18	-	-	20.838	-
Outras contas a pagar	20	42	-	5.062	89
Passivo não circulante		-	-	8.564	184
Arrendamento a pagar	16	-	-	6.598	184
Receitas antecipadas	17	-	-	1.966	-
Patrimônio líquido	21	66.586	1.280	66.586	1.280
Capital social		30.999	1.000	30.999	1.000
Reservas de lucros		35.587	280	35.587	280
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>66.726</u>	<u>3.858</u>	<u>143.250</u>	<u>7.857</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas

OLIVEIRA TRUST S.A.

(anteriormente Confiance Participações S.A.)

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Receita líquida da prestação de serviços	22	-	-	179.843	46.440
Receitas/despesas operacionais		64.368	30.915	(89.806)	(10.073)
Despesas de pessoal		(2.076)	(73)	(58.566)	(8.278)
Despesas administrativas	23	(1.001)	(16)	(27.906)	(1.065)
Reversão (provisão) para perdas ao valor recuperável	7	-	-	(2.169)	(777)
Perda de créditos não recuperados		-	-	(1.730)	(142)
Resultado de equivalência patrimonial	9	67.462	31.004	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(17)	-	565	189
Lucro operacional, antes do resultado financeiro		64.368	30.915	90.037	36.367
Resultado financeiro	24	55	-	3.995	66
Receitas financeiras		55	-	4.616	137
Despesas financeiras		-	-	(621)	(71)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		64.423	30.915	94.032	36.433
Imposto de renda e contribuição social	25	(13)	-	(29.622)	(5.518)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(13)	-	(30.468)	(5.518)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		-	-	846	-
Lucro líquido no exercício		64.410	30.915	64.410	30.915
Básico e diluído					
Ordinárias		0,204838	2,195824	0,204838	2,195824
Preferenciais		0,204838	2,195824	0,204838	2,195824

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas.

OLIVEIRA TRUST S.A.
(anteriormente Confiance Participações S.A.)

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Lucro líquido do exercício	64.410	30.915	64.410	30.915
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	64.410	30.915	64.410	30.915
Resultado abrangente total	64.410	30.915	64.410	30.915
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	64.410	30.915	64.410	30.915
Resultado abrangente total	64.410	30.915	64.410	30.915

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas.

OLIVEIRA TRUST S.A.

(anteriormente Confiance Participações S.A.)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital Social Subscrito	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Legal	Outras			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.000	200	-	-	-	1.200
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.915	30.915
Apropriação para reservas	-	-	80	-	(80)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(30.835)	(30.835)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.000	200	80	-	-	1.280
	Capital Social Subscrito	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.000	200	80	-	-	1.280
Aumento do capital social						
Em bens	28.522	-	-	-	-	28.522
Em espécie	1.197	-	-	-	-	1.197
Em reservas	280	(200)	(80)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	64.410	64.410
Apropriação para reservas	-	3.220	32.367	-	(35.587)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(28.823)	(28.823)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.999	3.220	32.367	-	-	66.586

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas.

OLIVEIRA TRUST S.A.

(anteriormente Confiance Participações S.A.)

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	64.423	30.915	94.032	36.433
Ajustes:				
Depreciação e amortização	-	-	2.632	428
Provisão para perdas ao valor recuperável	-	-	3.900	777
Juros sobre contratos de arrendamento	-	-	621	26
Outros	17	-	(398)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(67.462)	(31.004)	-	-
Lucro/(prejuízo) ajustado	(3.022)	(89)	100.787	37.664
(Aumento) redução em contas do ativo				
Ativos financeiros	49	(50)	5.923	2.859
Outros créditos e Contas a Receber	(6)	-	(22.476)	(690)
Total do (aumento) em contas do ativo	43	(50)	(16.553)	2.169
Aumento(redução) em contas do passivo				
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13)	-	(36.995)	(5.386)
Obrigações fiscais e previdenciárias	84	-	34.866	69
Negociação e intermediação de valores	-	-	20.838	-
Obrigações diversas	40	-	13.242	216
Total do aumento (redução) em contas do passivo	111	-	31.951	(5.101)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(2.868)	(139)	116.185	34.732
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(222)	-
Aquisição de investimentos	(195)	-	-	-
Dividendos recebidos	33.424	34.287	-	-
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	33.229	34.287	(222)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de arrendamentos	-	-	(2.288)	(382)
Aumento do capital social	1.197	-	1.197	-
Dividendos pagos	(31.401)	(34.150)	(37.401)	(34.150)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento	(30.204)	(34.150)	(38.492)	(34.532)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	157	(2)	77.471	200
Caixa e equivalentes de caixa - início	-	2	214	14
Saldo inicial oriundo da MCFL/DTVM - (ver Nota 9)	-	-	36.134	-
Caixa e equivalentes de caixa - final	157	-	113.819	214
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	157	(2)	77.471	200

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas.

OLIVEIRA TRUST S.A.

(anteriormente Confiance Participações S.A.)

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas	-	-	193.285	49.653
Prestação de serviço	-	-	196.848	50.533
Outras receitas	-	-	337	189
Provisão para perdas ao valor recuperável	-	-	(3.900)	(777)
Descontos concedidos	-	-	-	(292)
Insumos de terceiros	(1.001)	(16)	(24.734)	(611)
Processamento de dados	(80)	-	(11.319)	(1)
Água energia e gás	-	-	(376)	(72)
Comunicações	(1)	-	(834)	(14)
Serviços técnicos	(701)	-	(4.958)	(138)
Outras	(219)	(16)	(7.247)	(386)
Valor adicionado Bruto	(1.001)	(16)	168.551	49.042
Depreciação e amortização	-	-	(2.632)	(428)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(1.001)	(16)	165.919	48.614
Valor adicionado recebido em transferência - resultado de equivalência patrimonial	67.445	31.004	-	-
Valor adicional recebido em transferência - Receita financeira	55	-	4.614	137
Valor adicionado total a distribuir	66.499	30.988	170.533	48.751
Distribuição do valor adicionado	(66.499)	(30.988)	(170.533)	(48.751)
Pessoal	(1.731)	(66)	(50.714)	(7.255)
Remuneração direta	(1.724)	(33)	(41.309)	(5.320)
Benefícios	(7)	(33)	(7.635)	(1.612)
Fundo de garantia por tempo de serviço	-	-	(1.770)	(323)
Impostos, taxas e contribuições	(358)	(7)	(54.788)	(10.582)
Federais	(358)	(7)	(46.173)	(8.386)
Municipais	-	-	(8.615)	(2.196)
Remuneração de capitais de terceiros	-	-	(621)	-
Juros	-	-	(621)	-
Remuneração de capitais próprios	(64.410)	(30.915)	(64.410)	(30.915)
Dividendos	(28.823)	(30.835)	(28.823)	(30.835)
Reservas de lucros	(35.587)	(80)	(35.587)	(80)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas.

1. Informações Gerais

A Oliveira Trust S.A., anteriormente denominada Confiance Participações S.A. ("OT S.A.", "Controladora" ou "Companhia"), com Sede na Avenida das Américas nº 3434, Bloco 7, Sala 202, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.640-102, é uma sociedade anônima, brasileira, de capital aberto, que foi constituída em setembro de 2014, com o objetivo de participar em outras sociedades.

No segundo semestre de 2021, Oliveira Trust S.A. obteve o registro de Companhia Aberta Categoria "A" junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Para tanto, os acionistas aprovaram: (i) a alteração da denominação da Companhia; (ii) alteração do Estatuto Social para, entre outros, adaptá-lo aos requerimentos de uma companhia aberta e ao regulamento do segmento especial de governança corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão denominado "Nível 2", mesmo sem que tenha ocorrido distribuição pública de ações de sua emissão; e (iii) a reorganização societária na qual as empresas MCFL Participações S.A. ("MCFL"), Oliveira Trust DTVM S.A. ("OT DTVM") e OT Pagamentos S.A., que já eram controladas direta ou indiretamente pelos mesmos acionistas controladores da Companhia, passaram a ser controladas pela OT S.A., tornando-se assim a empresa controladora das empresas do Grupo Oliveira Trust ("Grupo").

Neste mesmo período, visando atuar como uma Instituição de Pagamento através de sua controlada OT DTVM, a Companhia pleiteou e obteve junto ao Banco Central ("BACEN") autorização para emitir moeda eletrônica no intuito de gerenciar conta de pagamento de usuário final, conforme mencionado no inciso I do art. 3º da Resolução do BCB nº 80, de 2021.

O órgão máximo de decisão é o Conselho de Administração, que autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 22 de fevereiro de 2022.

Efeito do coronavírus sobre as demonstrações financeiras

A administração do Grupo acompanha as recomendações do Ministério da Saúde, das Autoridades Federais, Estaduais e Municipais, assim como os normativos do BACEN e Receita Federal do Brasil que tratam dos efeitos e impactos da pandemia do COVID -19, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), desde o dia 11 de março de 2020.

Para a preservação da segurança e saúde dos colaboradores, seus familiares, prestadores de serviços e clientes, o Grupo adotou rígidos protocolos de segurança nos locais de trabalho, em conformidade com as recomendações das autoridades públicas, assim como trabalho remoto em larga escala de seus colaboradores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Até o momento, não foi identificado impacto negativo e relevante nas demonstrações financeiras da Companhia em virtude dos efeitos da pandemia do COVID-19.

2. Relação de entidades consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021, abrangem as entidades controladas Oliveira Trust Servicer S.A. ("OT Servicer"), Holding Trust S/A ("Holding Trust"), MCFL Participações S.A. ("MCFL"), Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("OT DTVM") e OT Pagamentos S.A., sendo a participação da Controladora em cada uma das controladas, como segue:

	Ramo de atividade	Controle	Participação no capital (%)	
			31/12/2021	31/12/2020
Empresas controladas				
Oliveira Trust Servicer S.A.	Prestação de serviços	Direto	100	100
Holding Trust S/A	Holding	Direto	100	100
MCFL Participações S.A.	Holding	Direto	100	-
Oliveira Trust D.T.V.M S.A.	Distribuidora de TVM	Indireto	100	-
OT pagamentos	Instituição de pagamento	Indireto	100	-

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2020, apresentadas de forma comparativa ao exercício de 2021, abrangem as entidades controladas OT Servicer e Holding Trust.

(i) Oliveira Trust Servicer S.A.

Com sede na Avenida das Américas, 3434, bloco 7, sala 202, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22.640-102, é uma sociedade anônima, brasileira, de capital fechado. Foi constituída em 15 de agosto de 1997, com o objetivo de prestação de serviços de consultoria e assessoria na elaboração de estudos de viabilidade e no planejamento e estruturação de operações financeiras, bem como de consultoria na intermediação, na fiscalização e no controle de ativos; prestação de serviços de controle e expedição de cobrança simples de ativos de terceiros; assessoria a credores e/ou devedores, em reestruturação de dívidas; assessoria a empresas e instituições financeiras na emissão pública de valores mobiliários; representação de credores em operações estruturadas ("Trustee"); a prestação de serviço de administração e/ou gestão de bens de terceiros, fundos de investimento e a administração de carteira de valores mobiliários; e a prestação de Serviços qualificados, notadamente controladoria de ativos e passivos para fundos de investimento.

(ii) Holding Trust S.A.

Com sede na Avenida das Américas, 3434, bloco 7, sala 201, parte, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22.640-102, é uma sociedade anônima, brasileira, de capital fechado. Foi constituída em 26 de dezembro de 2016, com o objetivo de participar em outras companhias, que sejam veículos ("Sociedades de Propósito Específico"), sem obter controle ou poderes sobre estes, tendo em vista que tais veículos são criados para abrigar bens e/ou direitos de credores e viabilizar a prestação de serviços de "trustee" e outros.

Tais serviços são remunerados de acordo com as práticas de mercado, sendo todos os direitos e obrigações, assim como os riscos e retornos, substancialmente repassados aos credores dos referidos veículos. Assim, na execução desses objetivos a Holding participa:

- (a) Na Geyve Participações e Serviços Fiduciários S.A. até a data de 28 de maio de 2021, data de liquidação da companhia, cujo saldo contábil do investimento era de R\$ 1 (R\$ 1 em 2020), sendo que o Capital Social do veículo era de R\$ 1 (R\$ 1 em 2020). O veículo foi criado para abrigar os bens e direitos de certos credores decorrentes de execução de garantias de operações de crédito, na qual atua na prestação de serviços fiduciários remunerados a preço fixo, independente da performance dos bens e direitos da Geyve, sendo os riscos e benefícios dos referidos bens e ativos transferidos aos credores;
- (b) Na SRC Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., cujo saldo contábil do investimento em no exercício de 2021 é de R\$ 10 (R\$ 10 em 2020), sendo o Capital Social do veículo de R\$ 10 (R\$ 10 em 2020). O veículo foi criado para abrigar os direitos creditórios financeiros cedidos ao veículo por entidade originadora ("cedente"), como lastro (alienação fiduciária) da emissão de debêntures realizada e subscrita por debenturistas ("principal"), na qual empresas ligadas atuam na prestação de serviço de controle e verificações conforme estabelecido em contrato, sendo remuneradas a preço fixo, independente da performance dos direitos creditórios da SRC, sendo os riscos e benefícios dos referidos direitos creditórios transferidos integralmente aos credores (debenturistas) e/ou cedente; e

- (c) Na SRC II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., constituída em 14 de abril de 2021, cujo saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 10, sendo o Capital Social do veículo de R\$ 10. O veículo foi criado para abrigar os direitos creditórios financeiros cedidos ao veículo por entidade originadora ("cedente"), como lastro (alienação fiduciária) da emissão de debêntures realizada e subscrita por debenturistas ("principal"), na qual empresas ligadas atuam na prestação de serviço de controle e verificações conforme estabelecido em contrato, sendo remuneradas a preço fixo, independente da performance dos direitos creditórios da SRC II, sendo os riscos e benefícios dos referidos direitos creditórios transferidos integralmente aos credores (debenturistas) e/ou cedente.

Tendo em vista as características das referidas participações, os ativos e passivos dos veículos estão apresentados em bases líquidas na rubrica de "Outros investimentos" no balanço patrimonial.

- (iii) MCFL Participações S.A.

Com sede na Avenida das Américas, 3434, bloco 7, sala 201, parte, barra da tijuca - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22.640-102. Foi constituída em 03 de dezembro de 2015, com o objetivo de participar exclusivamente no capital da Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Até 31 de dezembro de 2020, a MCFL detinha 31,92% do capital social da OT DTVM, sendo os 69,08% restantes detidos diretamente pelos acionistas controladores do Grupo. A partir de 31 de março de 2021, com a reorganização societária descrita na Nota Explicativa nº21, a MCFL Participações S.A. detém 100% do capital social da OT DTVM.

- (iv) Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A OT DTVM, controlada direta da MCFL, tem sede na Avenida das Américas, 3434, bloco 7, sala 201, barra da tijuca - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22.640-102 tem por objetivo administrar carteiras e custodiar títulos e valores mobiliários, exercer funções de agente fiduciário, instituir, organizar e administrar fundos de investimentos, além das atividades descritas em seu estatuto social, conforme observado nas disposições legais e regulamentares emanadas principalmente da CVM e do (Bacen).

(v) OT Pagamentos S.A.

A OT Pagamentos S.A., controlada direta da OT DTVM, tinha por objeto a instituição e administração de arranjo de pagamento próprio, foi responsável por desenvolver as regras e procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamento ao público; e a prestação de atividades, no âmbito do seu próprio arranjo de pagamento ou de terceiros, como instituição de pagamento, que incluíam, mas não se limitavam a prestação de emissão de instrumentos de pagamento pré-pagos. Em 30 de novembro de 2021, a OT Pagamentos, que estava em fase pré-operacional, foi encerrada, uma vez que a controlada OT DTVM obteve junto ao BACEN a permissão de atuar com conta de pagamento.

3. Base de preparação e declaração de conformidade

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas abaixo:

a. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatórios financeiros Internacional Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Desta forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Na elaboração das demonstrações financeiras foi considerado o custo histórico como base de valor.

A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Não houve mudanças nas prática contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em relação àquelas praticadas em 31 de dezembro de 2020, além de novos pronunciamentos, interpretações e alterações que eventualmente entraram em vigor após 31 de dezembro de 2020.

b. Base de consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram considerados os requisitos definidos no CPC 36 (R3), adotando-se as seguintes principais políticas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a OT S.A. detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com a entidade e tem capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas, a partir da data em que o controle é transferido à Companhia e interrompido quando esta deixa de ter o controle.

As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Controladora.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora os resultados das controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da OT S.A. no capital social da controlada. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4. Resumo das principais políticas contábeis significativas

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais. O Real é a moeda funcional e de apresentação. As informações apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem a recursos utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo e, de modo geral, incluem o caixa em espécie, contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com liquidez imediata, prazo de vencimento igual ou inferior a três meses e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. O caixa em espécie e as contas bancárias são reconhecidos pelo custo amortizado. Já as aplicações financeiras são reconhecidas pelo montante aplicado, acrescidos dos rendimentos auferidos e não apresentam diferença significativa em relação ao seu valor de mercado, correspondendo assim ao seu valor justo.

c. Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, ou seja, quando os serviços foram prestados, baseados em contratos que estabelecem claramente o valor a serem faturados por natureza de serviço prestado. Não são adotadas estimativas para a determinação da receita de prestação de serviços. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação, que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado pela Administração como mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA").

A Administração realiza uma avaliação do objetivo para o qual um ativo financeiro é mantido em carteira e que melhor reflete a maneira pela qual o negócio é gerido.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR ou VJORA.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR") ou a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"):

- (ii.1) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- (ii.2) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo financeiro, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos financeiros idênticos, estando nesta categoria as aplicações financeiras em Letras Financeiras do Tesouro Nacional, conforme Nota nº 6.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo financeiros, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços), estando nesta categoria as aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários e em cotas de fundos de investimento, conforme Nota Explicativa nº 6.
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo financeiros, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Classificação e mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a OT S.A. mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os ativos financeiros classificados ao custo amortizado são mensurados utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ao seu valor de recuperação. A receita de juros, ganhos e perdas auferidas sobre esses ativos, assim com a perda para ajuste ao seu valor recuperável são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados pela Companhia ao valor justo por meio do resultado. Esses ativos são continuamente mensurados ao valor justo. O ajuste a valor justo, os juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da OT S.A.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a OT S.A. transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a OT S.A. nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

d. Contas a receber e mensuração das perdas de crédito esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzido por provisão para perdas, quando aplicável.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos, de acordo com o contrato, e aqueles que a Companhia espera receber).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Em cada data de balanço, a Administração avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto desses ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, é adotada a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias e a Administração considera que não há mais expectativa razoável de recuperação. Os acionistas controladores não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado, entretanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos.

e. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

f. Tributos

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%

No caso da OT DTVM a alíquota da COFINS aplicável é de 4%.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são apurados, individualmente por cada entidade, em duas opções, conforme abaixo:

Na opção pelo regime fiscal de “ lucro presumido”

A base de cálculo dos tributos é calculada sobre 32% da Receita Bruta de prestação de serviços, adicionada das demais receitas tributáveis, sendo estes apurados e pagos trimestralmente, com base nas alíquotas de 15% e 9% respectivamente, com adicional de 10% para o Imposto de Renda, após redução de R\$ 240 da base de cálculo.

Na opção pelo regime fiscal de “ lucro real”

A base de cálculo é o lucro anual tributável sobre o qual é aplicada, para fins de imposto de renda, a alíquota de 15% e, quando aplicável, acrescida de adicional específico de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R\$ 240. Para fins da contribuição social, na OT DTVM é aplicada a alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustada para 20% em 1º de julho de 2021, permanecendo até 31 de dezembro de 2021 na forma da legislação em vigor (ver Notas Explicativas nº24 e 32 (b)).

g. Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Os créditos e obrigações tributários diferidos, decorrentes das diferenças temporárias, foram apurados e registrados, levando em consideração as alíquotas de Imposto de Renda e da Contribuição Social vigentes e as expectativas de realização de acordo com as operações que os produziram e reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, foram atendidos.

h. Ativos e passivos contingentes, provisão para riscos e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos, provisão para riscos e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, conforme segue:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisão para riscos: é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos: são divulgados nas demonstrações financeiras, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os montantes registrados são atualizados de acordo com a legislação vigente;
- Obrigações fiscais correntes (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

i. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. As participações nos lucros a empregados são provisionadas em bases mensais pela Companhia, de acordo com a estimativa de atendimento de metas.

(ii) Benefícios de longo prazo

As bonificações são reconhecidas como despesas de pessoal. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso se tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia concedeu benefícios de longo prazo na forma de bonificação.

Conforme descrito na Nota explicativa nº 21, em 30 de junho de 2021, os acionistas aprovaram a criação do Plano de Opções aos seus executivos. Não obstante, ainda não foi aprovado pelo Conselho de Administração qualquer "programa de opções" dentro do referido Plano de Opções.

j. Capital social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias e preferenciais, as quais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

k. Lucro por ação - básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da OT S.A., considerando o número total de ações no respectivo exercício.

l. Reconhecimento da Receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contra- partida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 29 Informação por segmentos a Companhia presta serviços de administração de fundos de investimento; serviços qualificados (compostos por serviços de escrituração, custódia, controladoria e contabilidade) e serviços fiduciários.

Quanto a natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas.

As receitas são reconhecidas mensalmente, considerando a efetiva prestação do serviço contratado, ao longo dos prazos contratuais.

Em geral o recebimento pela prestação de serviços ocorrer em até 15 dias do mês subsequente ao da referida prestação. Para alguns serviços de natureza fiduciária, pode haver o faturamento e recebimento antecipado do preço contratado, sendo tais recurso registrados como Receita Antecipada que é baixada conforme a constituição do contas a receber, uma vez cumpridas as obrigações de desempenho pela Companhia.

m. Demonstração do valor adicionado

A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Essa demonstração, fundamentada em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da OT S.A. na formação do Produto Interno Bruto ("PIB") por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia, quanto o recebido de outras entidades, como também a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à Companhia.

A DVA é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

n. Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da OT S.A., conforme decisão da diretoria, que é o órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

o. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 4(h) - mensuração da provisão para contingências;
- Nota nº 6 - mensuração do valor justo dos ativos financeiros (títulos e valores mobiliários); e

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

- Nota nº 7 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber. Principais premissas utilizadas na determinação do valor da perda esperada.
- p. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021

As seguintes normas alteradas e interpretações com aplicação para os períodos anuais com início em, ou após, 01/01/2022, não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas:

- Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37) Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. O Grupo não espera impactos significativos quando da adoção desta norma;
- Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022;
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022;
- Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022;
- Alteração na norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IAS 12 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

- Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e
- Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

p. Demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2020

Considerando-se que até 31 de dezembro de 2020, a Companhia detinha o controle da OT Holding e da Servicer e no primeiro semestre de 2021, com base na reorganização societária descrita na Nota Explicativa nº 1, passou também a controlar a MCFL e suas controladas e, de modo a facilitar o entendimento e apresentar uma melhor base de comparabilidade para o leitor, apresentam-se a seguir as demonstrações financeiras combinadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas tomando como base as demonstrações financeiras individuais e/ou consolidadas de cada uma das entidades incluídas na combinação, e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em especial o CPC 44, bem como as normas internacionais de relatórios financeiros (Internacional Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Os seguintes critérios foram adotados para a combinação das demonstrações financeiras de cada entidade incluída nas demonstrações financeiras combinadas:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as entidades;
- Eliminação dos ganhos e perdas não realizados oriundos de transações entre as entidades incluídas na combinação;
- Eliminação dos resultados de equivalência patrimonial contra o investimento na proporção da participação no capital social da controlada combinada;

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

- Eliminação do patrimônio líquido das entidades controladas contra o correspondente investimento nas entidades controladoras incluídas na combinação.

As demonstrações financeiras das entidades operacionais incluídas nas demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2020 encontram-se detalhadas a seguir:

	Servicer	Holding Trust	MCFL (*)
Ativo	7.561	247	73.960
Patrimônio Líquido	1.200	31	28.738
Lucro líquido	30.851	153	26.140

(*) Demonstrações financeiras combinadas com as controladas OT DTVM e OT Pagamentos, incluindo também a participação direta dos acionistas controladores no capital social da OT DTVM.

De modo a apresentar uma base de comparação apropriada, o Balanço patrimonial, a Demonstração do resultado do exercício e a Demonstração do fluxo de caixa a seguir consideram as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2021 comparativas às demonstrações financeiras combinadas do exercício anterior:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

i. Balanço patrimonial consolidado e combinado

	Consolidado 31.12.2021	Combinado 31.12.2020
Ativo circulante	<u>131.021</u>	<u>70.820</u>
Caixa e equivalentes de caixa	113.819	36.348
Ativos financeiros	230	26.865
Contas a receber de clientes	7.125	1.221
Outros créditos	9.847	6.386
Ativo não circulante	<u>12.229</u>	<u>10.997</u>
Créditos Tributários	2.248	1.458
Ativos financeiros	-	6
Outros Investimentos	26	11
Direitos de uso	8.269	7.573
Imobilizado	1.637	1.877
Intangível	49	72
Total do Ativo	<u><u>143.250</u></u>	<u><u>81.817</u></u>
Passivo circulante	<u>68.099</u>	<u>46.022</u>
Fiscais e previdenciários	29.571	20.323
Arrendamento financeiro	1.934	2.055
Receitas Antecipadas	1.167	-
Negociação e intermediação de valores	20.838	6.962
Obrigações trabalhistas	9.528	6.214
Dividendos a pagar	-	8.579
Outras contas a pagar	5.061	1.889
Passivo não circulante	<u>8.564</u>	<u>5.777</u>
Arrendamento financeiro	6.598	5.777
Receitas Antecipadas	1.966	-
Patrimônio líquido	<u>66.586</u>	<u>30.018</u>
Capital social	30.999	10.339
Reservas de lucros	35.587	19.742
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(63)
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>143.250</u></u>	<u><u>81.817</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

ii. Demonstração do resultado consolidado e combinado

	Consolidado 31.12.2021	Combinado 31.12.2020
Receita líquida da prestação de serviços	179.843	133.325
Receitas/despesas operacionais	<u>(89.806)</u>	<u>(57.033)</u>
Despesas de pessoal	(58.566)	(36.941)
Despesas administrativas	(27.906)	(18.439)
Provisão para perdas esperadas	(2.169)	(854)
Perda de créditos não recuperados	(1.730)	(753)
Outras receitas (despesas) operacionais	565	(46)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro	<u>90.037</u>	<u>76.292</u>
Resultado financeiro	3.995	1.131
Receitas financeiras	4.616	1.909
Despesas financeiras	(621)	(778)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>94.032</u>	<u>77.423</u>
Tributos sobre o lucro	<u>(29.622)</u>	<u>(20.368)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(30.468)	(21.826)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	846	1.458
Lucro líquido do exercício	<u><u>64.410</u></u>	<u><u>57.055</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

iii. Fluxo de caixa consolidado e combinado - método indireto

	consolidado 31.12.2021	Combinado 31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	94.032	77.423
Ajustes:		
Depreciação e amortização	2.632	2.167
Provisão para perdas esperadas	3.900	854
Juros sobre contratos de arrendamento	621	518
Outros	(398)	(62)
Lucro ajustado	<u>100.787</u>	<u>80.900</u>
(Aumento)Redução em contas do ativo		
Ativos financeiros	5.923	4.665
Outros créditos	(22.476)	(977)
Total da redução em contas do ativo	<u>(16.553)</u>	<u>3.688</u>
Aumento(redução) em contas do passivo		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(36.995)	(17.486)
Obrigações fiscais e previdenciárias	34.866	418
Negociação e intermediação de valores	20.838	(486)
Obrigações diversas	13.242	2.614
Total do aumento/(redução) em contas do passivo	<u>31.951</u>	<u>(14.940)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>116.185</u>	<u>69.648</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(222)	(1.110)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(222)</u>	<u>(1.110)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamentos	(2.288)	(2.090)
Aumento do capital social	1.197	-
Dividendos pagos	(37.401)	(40.819)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(38.492)</u>	<u>(42.909)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>77.471</u></u>	<u><u>25.629</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa - início	214	10.719
Saldo inicial oriundo da MCFL/DTVM - (ver Nota 9)	36.134	-
Caixa e equivalentes de caixa - final	113.819	36.348
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>77.471</u></u>	<u><u>25.629</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

iv. Participação no resultado por segmentos (*)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o segmento de serviços qualificados responde por aproximadamente 37,83% (R\$ 50.433) do total da receita líquida do combinado, seguido por administração de fundos com 37,17% (R\$ 49.555) e serviços fiduciários com 25,00% (R\$ 33.337). Desta forma, é apresentada abaixo a demonstração do resultado por cada um desses segmentos:

Em 31 de dezembro de 2020	(1) Fundos	(2) SQ	(3) Serviços Fiduciários	Combinado
Receita líquida da prestação de serviços	49.555	50.433	33.337	133.325
Receitas (despesas) operacionais	(20.064)	(23.174)	(13.795)	(57.033)
Despesas de pessoal	(13.741)	(13.895)	(9.305)	(36.941)
Despesas administrativas	(5.824)	(8.726)	(3.887)	(18.438)
Provisão p/outros créditos de liquidação duvidosa	(483)	(533)	(592)	(1.607)
Outras receitas (despesas) operacionais	(16)	(20)	(11)	(46)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas de impostos	29.491	27.259	19.542	76.292
Receitas/despesas financeiras líquidas	178	703	250	1.131
Imposto de renda e contribuição social	(7.158)	(6.979)	(6.231)	(20.368)
Lucro líquido do exercício	22.511	20.983	13.561	57.055

(*) Ver definição de cada segmento na Nota Explicativa nº 29.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	-	232	214
Aplicações interfinanceiras de liquidez:	157	113.438	-
Operações compromissadas - LTN (a)	-	89.135	-
Aplicação em Fundo Corp Federal Plus RF CP FICFI (b)	157	24.303	-
Aplicações automáticas em CDB (c)	-	24	-
Numerários em trânsito (D+1)	-	125	-
Total	157	113.819	214

- (a) Estão representadas por operações compromissadas lastreadas por Letras Financeiras do Tesouro, com o resgate/revenda, com vencimento no dia útil seguinte;
- (b) O fundo CORP Federal Plus Renda Fixa Curto Prazo - Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento, busca acompanhar o CDI por meio de uma carteira de curto prazo com alocação em operações compromissadas;
- (c) São representadas por aplicações automáticas em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") realizados de forma indireta pelas instituições financeiras na qual a Companhia detém conta corrente, estando disponíveis para resgate automático, descontando os impostos incidentes aplicáveis aos investimentos em renda fixa;
- (d) Depósitos realizados por clientes no último dia do mês, cujo recebimento será evidenciado no extrato no primeiro dia do mês seguinte.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

6. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são compostos pelos títulos e valores mobiliários, a seguir demonstrados.

(i) Avaliados pelo valor justo por meio de resultado

Descrição	Nível de hierarquia	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020			
		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado
Certificados de depósitos bancários	Nível 2	-	-	-	-	74	74
Letras financeiras do tesouro (a)	Nível 1	-	-	-	-	1.202	1.202
Fundo OT Soberano (b)	Nível 2	230	230	49	49	4.877	4.877
Total		230	230	49	49	6.153	6.153

- (a) As Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") são títulos com alta liquidez no mercado e mantidas para negociação, mensurado pelo valor justo por meio de resultado;
- (b) A carteira do fundo OT Soberano é composta, substancialmente, por LFT e operações compromissadas, com lastro em títulos públicos. As cotas do fundo não têm prazo de carência para resgate.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

7. Contas a receber e provisão para perdas de créditos esperadas (Consolidado)

Refere-se às contas a receber com expectativa de recebimento no curto prazo, líquido da provisão para perdas de créditos esperadas:

(i) Saldo por natureza

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Serviços prestados a receber, dos quais:	15.014	2.401
A vencer	2.733	-
Vencidos até 30 dias	4.745	310
Vencidos de 31 a 60 dias	661	226
Vencidos de 61 a 90 dias	557	200
Vencidos de 91 a 180 dias	961	288
Vencidos de 181 a 360 dias	1.792	418
Vencidos acima de 361 dias	3.564	959
Provisão para perdas de créditos esperadas	(7.889)	(2.076)
Total	7.125	325

(ii) Movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas, associada ao contas a receber por serviços prestados

Em conformidade com os princípios estabelecidos na Nota Explicativa nº 4(d), a provisão é constituída com base em perdas esperadas de créditos a receber por serviços prestados, como também na análise de risco individual das contas a receber, onde seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas ao valor de recuperação de contas a receber de clientes.

A metodologia consiste em atribuir aos títulos que compõem as contas a receber um rating, determinado pelos dias em atraso do título vencido, o qual define percentual do valor contábil que será provisionado. Para contas a receber de um mesmo devedor a provisão é mensurada sobre todo o fluxo de caixa esperado desse devedor, levando em consideração a classificação que representa o maior risco, a natureza da transação e as características das operações.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldos iniciais	(2.076)	(1.300)
Saldo oriundo da MCFL	(3.644)	-
Constituição	(4.972)	(1.820)
Reversão	2.803	1.044
Saldos finais	(7.889)	(2.076)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

(iii) Perdas de créditos não recuperados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, houve baixa como perdas efetivas para os valores considerados incobráveis, no montante de R\$1.730 (R\$142 em 2020).

8. Outros créditos

(i) Composição do saldo por natureza

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos e antecipações salariais	-	-	-	13
Adiantamento para despesas reembolsáveis	-	-	707	6
Outras contas a receber	1	-	-	216
Despesas Antecipadas			554	
PIS, COFINS, IR E CSLL a compensar	5	-	8.586	99
Total	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>9.847</u>	<u>334</u>

OLIVEIRA TRUST S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

9. Investimentos em controladas (Controladora)

(i) Demonstrações financeiras das investidas

	31/12/2021				31/12/2020		
	Servicer	Holding Trust	MCFL(*)	Total	Servicer	Holding Trust	Total
Total do ativo	28.567	112	114.500	143.179	7.561	247	7.808
Capital social	1.000	10	28.717	29.727	1.000	10	1.010
Reserva de lucros	200	-	18.729	18.929	200	21	221
Patrimônio líquido	1.200	(17)	47.446	48.629	1.200	31	1.231
Lucro líquido (prejuízo)	36.500	(47)	30.993	67.446	30.851	153	31.004
Dividendos distribuídos	36.500	-	12.263	48.763	30.851	134	30.985

(*) Demonstrações financeiras consolidadas com a controlada OT DTVM.

(ii) Movimentação da conta de dividendos a receber (Controladora)

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldos iniciais	2.578	5.879
Dividendos declarados	48.763	30.985
Dividendos recebidos	(33.424)	(34.287)
Saldos finais	17.917	2.578

OLIVEIRA TRUST S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

(iii) Movimentação dos investimentos (Controladora)

	31/12/2021				Total	31/12/2020		
	OT Servicer	Holding	MCFL	DTVM		OT Servicer	Holding	Total
Saldos iniciais	1.200	31	-	-	1.231	1.200	12	1.212
Aquisições (*)	-	-	9.166	19.355	28.521	-	-	-
Aumento de capital em espécie (*)	-	-	195	-	195	-	-	-
Aumento de capital em ações (*)	-	-	19.355	(19.355)	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	36.500	(31)	30.993	-	67.462	30.851	153	31.004
Dividendos distribuídos	(36.500)	-	(12.263)	-	(48.763)	(30.851)	(134)	(30.985)
Saldos finais	1.200	-	47.446	-	48.646	1.200	31	1.231

(*) Em função da reorganização societária descrita na Nota Explicativa nº 21, em 2021, os acionistas da OT S.A., aumentaram o capital social da Companhia com as participações de 100% do capital social da MCFL e de 60,92% do capital da OT DTVM aos seus respectivos valores patrimoniais contábeis em 31 de dezembro de 2020; na sequência, a OT S.A. aumentou o capital da MCFL com as ações representativas de 60,92% do capital social da OT DTVM e R\$ 195 em espécie. Desta forma a Companhia passou a deter, direta e indiretamente, 100% do capital da MCFL e da OT DTVM, sendo esses investimentos avaliados por equivalência patrimonial e objeto de consolidação nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

10. Direitos de uso (Consolidado)

Trata-se do valor contábil referente a leasing operacional de equipamentos de informática e ao direito de uso dos imóveis, situados nos seguintes endereços:

- (a) No conjunto nº 132, 13º andar do Edifício Bertolucci, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, Itaim Bibi - São Paulo/SP; e
- (b) Na Avenida das Américas nº 3434, 2º pavimento, Bloco 7, Salas 201 a 208, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ adquirido por conta da incorporação.

Ambos os imóveis são de uso exclusivo do locatário, conforme estabelecido nos contratos de aluguel (classificados como contratos de arrendamento).

A movimentação dos direitos de uso está a seguir demonstrada:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos iniciais	572	164
Incorporação da MCFL (ver Nota nº 9)	7.001	-
Novos contratos (*)	9.366	764
Baixa de contratos	(6.523)	-
Depreciação	<u>(2.147)</u>	<u>(356)</u>
Saldos finais	<u><u>8.269</u></u>	<u><u>572</u></u>

(*) Em maio de 2021, o contrato de locação do imóvel sito à Avenida das Américas foi alterado com a renegociação do valor das parcelas, do índice de atualização e do prazo. A baixa reflete o término do contrato nas condições anteriores. Em novos contratos é apresentada a posição atual do contrato;

(**) Em junho de 2020, foi celebrado um aditamento do contrato na OT Servicer, prorrogando-o por mais 24 meses, sem alteração de cláusulas contratuais, exceto o prazo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

11. Imobilizado (Consolidado)

Composição	Consolidado						
		31/12/2021			31/12/2020		
	Taxa de depreciação a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Imobilizado em operação							
Instalações	10%	167	(92)	75	167	(76)	91
Móveis e equipamentos de uso	10%	998	(646)	352	362	(297)	65
Sistema de comunicação	10%	257	(132)	125	67	(61)	6
Sistema de processamento de dados	20%	1.768	(1.042)	726	345	(282)	63
Sistema de segurança	20%	21	(20)	1	15	(13)	2
Outros	20%	602	(244)	358	96	(77)	19
Total		<u>3.813</u>	<u>(2.176)</u>	<u>1.637</u>	<u>1.052</u>	<u>(806)</u>	<u>246</u>

Movimentação	Consolidado						
	Instalações	Móveis e equipamentos de uso	Sistema de comunicação	Sistema de processamento de dados	Sistema de segurança	Outros	Total
Saldo em 31/12/2019	167	362	74	347	15	96	1.061
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	(7)	(2)	-	-	(9)
Depreciação	(76)	(297)	(61)	(282)	(13)	(77)	(806)
Saldo em 31/12/2020	91	65	6	63	2	19	246
Incorporado da MCFL em 01/01/2021	-	567	190	1.276	6	506	2.545
Depreciação ac dos bens incorporados da MCFL	-	(291)	(51)	(511)	(6)	(55)	(914)
Saldo da Incorporação em 01/01/2021	-	276	139	765	-	451	1.631
Saldo em 01/01/2021	91	341	145	828	2	470	1.877
Aquisições	-	70	-	152	-	-	222
Depreciação	(16)	(59)	(20)	(254)	(1)	(112)	(462)
Saldo em 31/12/2021	<u>75</u>	<u>352</u>	<u>125</u>	<u>726</u>	<u>1</u>	<u>358</u>	<u>1.637</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

12. Intangível (Consolidado)

Composição	Consolidado						
	31/12/2021			31/12/2020			
	Taxa de depreciação a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Imobilizado em operação							
Softwares e licenças de uso	20%	469	(420)	49	139	(137)	2
Total		<u>469</u>	<u>(420)</u>	<u>49</u>	<u>139</u>	<u>(137)</u>	<u>2</u>

Movimentação	Consolidado	
	Softwares	Total
Saldo em 31/12/2019	5	5
Amortização	(3)	(3)
Saldo em 31/12/2020	2	2
Incorporado da MCFL em 01/01/2021	329	329
Amortização dos bens incorporados da MCFL	(259)	(259)
Saldo da Incorporação em 01/01/2021	70	70
Saldo em 01/01/2021	72	72
Saldo da Incorporação em 01/01/2021	1	1
Amortização	(24)	(24)
Saldo em 31/12/2021	<u>49</u>	<u>49</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

13. Impairment

A Administração efetua, anualmente, análise com objetivo de verificar evidências que possam indicar uma redução no valor recuperável dos seus ativos não financeiros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e de 2020, não foram identificados fatores que pudessem indicar uma redução no valor recuperável dos ativos.

14. Obrigações fiscais e previdenciárias

Referem-se a obrigações de impostos a pagar.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL a pagar sobre o lucro tributável	6	-	25.270	1.501
Impostos s/ faturamento (ISS/PIS/COFINS)	-	-	1.902	373
Impostos e contribuições s/ salários	91	-	1.978	204
Impostos a recolher sobre serviços de terceiros	1	-	420	1
Total	98	-	29.571	2.079

15. Dividendos a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	2.578	5.893	2.578	5.893
Saldo oriundo da MCFL (*)	-	-	6.000	-
Dividendos declarados no exercício	28.823	30.835	28.823	30.835
Dividendos pagos	(31.401)	(34.150)	(37.401)	(34.150)
Saldo final	-	2.578	-	2.578

(*) Ver Nota Explicativa nº9 (iii)

16. Arrendamento a pagar (Consolidado)

Em conformidade com o IFRS 16, o passivo de arrendamento é reconhecido pelo valor presente dos seus fluxos de pagamento à taxa incremental de desconto, em contrapartida ao ativo de direito de uso (Nota Explicativa nº10).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

A movimentação no exercício pode ser assim demonstrada:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldos iniciais	572	164
Saldo oriundo da MCFL (*)	7.260	-
Novos contratos	9.366	-
Baixa de contratos	(6.982)	764
Juros apropriados	604	26
Pagamentos realizados	(2.288)	(382)
Saldos finais	<u>8.532</u>	<u>572</u>
Circulante	1.934	388
Não circulante	6.598	184

(*) Ver Nota Explicativa nº 9 (iii).

17. Receitas antecipadas

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Decorrente de obrigações de performance a cumprir (i)	3.133	-
Circulante	1.167	-
Não circulante	1.966	-
Total	<u>3.133</u>	<u>-</u>

(i) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de controle de contratos, descrito na Nota Explicativa nº 29, faturado antecipadamente e cuja receita será reconhecida até o término da prestação do serviço, conforme sua efetiva prestação.

18. Negociação e intermediação de valores (Consolidado)

Refere-se aos depósitos de recursos de clientes da OT DTVM em 31 de dezembro de 2021, para pagamento de eventos relacionados com as atividades de escrituração, totalizando R\$ 20.838, com liquidação no dia útil seguinte.

19. Obrigações trabalhistas

Descrição	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para férias	3.287	569
Bonificações a diretores (a)	1.200	-
Participações nos lucros (b)	5.028	690
Outras	13	-
Total	<u>9.528</u>	<u>1.259</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

- (a) Conforme aprovado em RCA de 30 de junho de 2021. Refere-se a Plano de bonificação a ser apurado e pago anualmente, considerando parâmetros de performance da Companhia estabelecidos para um período de 4 anos;
- (b) Referem-se a participação nos lucros a pagar aos colaboradores da OT S.A., calculada com base em planos devidamente homologados nos sindicatos competentes.

20. Outras contas a pagar

Descrição	Controladora	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de clientes (a)	-	1.792	89
Aluguéis a pagar	-	42	-
Fornecedores a pagar	21	783	-
Credores liquidação pendente	-	1.566	-
Provisões de despesas	20	810	-
Outras contas a pagar	1	68	-
Total	42	5.061	89

- (a) Correspondem a recursos de fundos de investimento encerrados, transferidos às entidades administradoras, para que estas possam fazer os pagamentos das obrigações assumidas pelos respectivos fundos a serem liquidadas pós encerramento destes.

21. Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito da Companhia totaliza R\$ 30.999, totalmente integralizado, representado por 341.150.000 ações sem valor nominal, sendo 172.280.750 ações ordinárias e 168.869.250 ações preferenciais sem direito a voto, mas que possuem prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social, sem prêmio. Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$ 1.000, representado por 4.692.950 ações, sendo 2.346.500 ações ordinárias e 2.346.450 ações preferenciais.

No exercício findo em 31/12/2021, em função do processo descrito na Nota 1, ocorreram os seguintes eventos societários:

- (a.1) Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 29 de janeiro de 2021, foi deliberado: (a.1) o aumento do capital social da Companhia de R\$ 1.000 para R\$ 30.804, mediante (i) a capitalização total do saldo de reserva de lucros de R\$ 280; (ii) emissão de 105.345.037 (cento e cinco milhões, trezentas e quarenta e cinco mil e trinta e sete) novas ações ordinárias no montante de R\$ 28.717 e; (iii) a emissão de 2.962.013 (duas milhões, novecentas e sessenta e duas mil e treze) novas ações preferenciais, no valor de R\$ 807, perfazendo o montante de R\$ 29.804; (b) alterar o percentual do dividendo mínimo obrigatório.

As novas ações ordinárias foram integralizadas mediante a conferência de 16.600 ações ordinárias de emissão da MCFL, ao valor patrimonial contábil de R\$ 9.167; de 17.700 ações ordinárias de emissão da OT DTVM ao valor patrimonial contábil de R\$ 19.355; e R\$ 195 integralizados em moeda corrente nacional.

- (a.2) Em 29 de janeiro de 2021, após o aumento de capital acima citado, a Companhia subscreveu integralmente o aumento de capital em ações da MCFL, as quais foram integralizadas com a entrega de 17.700 ações ordinárias da OT DTVM e R\$ 195 em moeda corrente nacional (ver Nota Explicativa nº 9);
- (a.3) Em 31 de março de 2021, os acionistas em AGE deliberaram por: (i) alterar a denominação da Companhia de Confiance Participações S.A. para Oliveira Trust S.A.; (ii) desdobrar a quantidade de ações do capital social à razão de 3 para cada uma, passando desta forma o capital social de 107.691.537 para 323.074.611 ações ordinárias e de 5.308.463 para 15.925.389 ações preferenciais; (iii) modificar os direitos das ações preferenciais; (iv) aprovar a distribuição de dividendos sobre o lucro apurado de R\$ 13.378, no primeiro trimestre de 2021, no valor de R\$ 12.709, (v) aumentar o capital social em 2.150.000 novas ações preferenciais, totalizando R\$ 195, totalmente subscritas no ato e integralizadas em moeda corrente em abril de 2021; (vi) converter 150.793.861 ações ordinárias em ações preferenciais, passando o capital social da Companhia para 172.280.750 ações ordinárias e 168.869.250 ações preferenciais; e (vii) alterar o Estatuto Social para refletir as decisões antes citadas e também adaptá-lo a outros aspectos requeridos no segmento especial de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. — Brasil, Bolsa, Balcão.

(a.4) Em 30 de junho de 2021, os acionistas em AGE deliberaram por (i) aprovar a distribuição de dividendos no valor de R\$ 25.922, sobre o lucro líquido apurado no semestre de R\$ 30.339; (ii) aprovar a Política de Remuneração dos Administradores da Companhia e suas subsidiárias; e (iii) aprovar a criação de Plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia aos seus executivos (“Plano de Opções”).

As ações preferenciais não têm direito a voto, e possuem prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social, sem prêmio.

Adicionalmente, em AGE datada de 01 de outubro de 2021, ao Acionistas deliberaram pela criação de reserva de lucros, com a consequente alteração do Estatuto Social.

b. Destinação do lucro líquido e reservas de lucros

(i) Dividendos

O Estatuto determina, após a constituição da reserva legal, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido (ver item (a.1) acima). Anteriormente, determinava a distribuição de 100% do lucro líquido do exercício.

As ações preferenciais farão jus a dividendo anual mínimo de R\$ 0,01 (um centavo por ação).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram declarados pela administração, e aprovados pelos acionistas em AGEs, dividendos intermediários de R\$ 25.923 e, em 08 de dezembro de 2021 o Conselho de Administração, ad referendo da AGO que irá deliberar sobre estas demonstrações financeiras, aprovou o pagamento de dividendos intermediários de R\$ 2.900. Adicionalmente aos dividendos já pagos a administração está propondo aos acionistas o pagamento de dividendos complementares sobre o lucro líquido do exercício após a constituição de reservas, inclusive da estatutária, o valor de R\$ 28.367. Para fins de apresentação, tal valor está apresentado na rubrica Reserva de Lucros - dividendos complementares, uma vez que tal montante excede o dividendo mínimo obrigatório.

(ii) Reservas de lucros

- Reserva Legal: do lucro líquido auferido em cada exercício, 5% são destinados à formação da Reserva Legal, até que o saldo desta reserva

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

atinja o limite de 20% do capital social, conforme estabelecido na Lei societária;

- Reserva para Manutenção de Capital de Giro e/ou Margem Operacional: poderá ser constituída após constituição da Reserva Legal, com a finalidade de atender a necessidades regulatórias e/ou de negócios e investimentos da Companhia e de suas controladas. A administração propõe a constituição desta reserva no montante de R\$ 4.000 do lucro líquido findo em 31 de dezembro de 2021;
- Reserva para dividendos complementares: Constituída pela parcela dos dividendos propostos pela administração em excesso aos dividendos mínimos estatutários, por ocasião do encerramento do exercício social em curso.

(iii) Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações do capital social da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizados no cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Lucro por ação - básico

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro disponível para os detentores das ações	64.410	30.915
Total do lucro disponível para os detentores de ações		
Ordinárias	30.075	15.458
Preferenciais	34.335	15.457
Média ponderada das ações em circulação		
Ordinárias	146.822.366	7.039.500
Preferenciais	167.615.930	7.039.350
Lucro por ação - básico - R\$		
Ordinárias	0,204838	2,195824
Preferenciais	0,204838	2,195824

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Lucro por ação - diluído

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro disponível para os detentores de ações preferenciais	34.335	15.457
Dividendos sobre as ações preferenciais após efeitos da diluição	-	-
Lucro disponível para os detentores de ações preferenciais, após o efeito da diluição	34.335	15.457
Lucro disponível para os detentores de ações ordinárias	30.075	15.458
Dividendos sobre as ações preferenciais após efeitos da diluição	-	-
Lucro disponível para os detentores de ações ordinárias, após o efeito da diluição	30.075	15.458
Média ponderada ajustada de ações		
Ordinárias	146.822.366	7.039.500
Preferenciais	167.615.930	7.039.350
Lucro por ação diluído - R\$		
Ordinárias	0,204838	2,195824
Preferenciais	0,204838	2,195824

22. Receita líquida de prestação de serviços (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta da prestação de serviços	196.848	50.533
(-) Descontos concedidos	-	(150)
(-) Impostos sobre o faturamento	(17.005)	(3.943)
Receita líquida da prestação de serviços	<u>179.843</u>	<u>46.440</u>

23. Despesas administrativas (Controladora e consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas Administrativas				
Água, energia e gás	-	-	(376)	(72)
Condomínio	-	-	(1.093)	(93)
Comunicações	(1)	-	(834)	(14)
Manutenção	-	-	(195)	(8)
Material	-	-	(217)	(39)
Processamento de dados	(80)	-	(11.319)	(1)
Promoções e relações públicas	-	-	(1.132)	(10)
Propaganda e publicidade	(9)	(15)	(65)	-
Publicações	(47)	-	(204)	(34)
Seguros	-	-	(73)	(12)
Custódia	(23)	-	(595)	(64)
Serviços de terceiros	-	-	(2.212)	(6)
Serviços técnicos	(701)	-	(4.958)	(137)
Transporte	(1)	-	(105)	(4)
Taxas regulatórias	(96)	-	(1.336)	(89)
Viagens	-	-	(132)	(6)
Cartório	(42)	-	(283)	(26)
Depreciação	-	-	(2.632)	(428)
Outras	-	(1)	(145)	(22)
Total	<u>(1.001)</u>	<u>(16)</u>	<u>(27.906)</u>	<u>(1.065)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Resultado financeiro

As receitas financeiras decorrem, substancialmente, de aplicações em LFT, e cotas de fundos de investimentos, conforme Notas Explicativas nº 5 e nº 6, e as despesas financeiras são compostas de tarifas bancárias e impostos sobre operações financeiras ("IOF") e juros sobre os arrendamentos.

25. Imposto de Renda e Contribuição Social (Consolidado)

- a. A seguir apresenta-se o demonstrativo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, apurado sobre dois regimes de tributação (lucro presumido e lucro real), conforme aplicável:

Entidades tributadas pelo lucro presumido	31/12/2021	31/12/2020
Receita de prestação de serviços	64.940	50.533
Rendimento de aplicações financeiras	740	130
Receita bruta	65.680	50.663
Base de cálculo - Contribuição Social e IRPJ	21.521	16.301
15% Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	3.228	2.445
9% Contribuição Social s/ lucro líquido (CSLL)	1.937	1.467
Base de cálculo para adicional do IRPJ	21.521	16.301
10% adicional de IRPJ	2.204	1.606
(=) Despesas do Imposto de Renda e da Contribuição Social-lucro presumido (a)	7.369	5.518
Entidades tributadas pelo lucro real		
Lucro antes da tributação		53.483
Adições e (exclusões)		2.725
Base de cálculo - Contribuição Social e IRPJ		56.208
Alíquota nominativa		40% e 45%*
(=) Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes		24.054
(-) Programa de alimentação ao trabalhador		(342)
(-) Patrocínios e doações		(621)
(=) Despesas do Imposto de Renda e da Contribuição Social		23.099
(+) impostos diferidos		(846)
Despesas líquida de Imposto de Renda e da Contribuição Social (b)		22.253
Despesas do Imposto de Renda e da Contribuição Social consolidadas (a + b)		29.622

(*) Conforme Nota Explicativa nº 4 (f), no período de janeiro a junho de 2021 aplicou-se a alíquota nominal de 40%, e no período entre julho a dezembro foi aplicada a alíquota nominal de 45%.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

- b. A movimentação de créditos tributários no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 pode ser assim demonstrada:

	Saldo em 31/12/2020 (*)	Adições/ exclusões	Saldo em 31/12/2021
Provisão para perdas esperadas	1.458	396	1.854
Arrendamento financeiro	-	92	92
Provisão de despesas temporariamente indedutíveis	-	302	302
Total	<u>1.458</u>	<u>790</u>	<u>2.248</u>

(*) Saldo oriundo da OT DTVM (Nota Explicativa nº 20).

26. Remuneração dos administradores (Consolidado)

A remuneração dos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é composta de despesas com pró-labores e bonificação, os quais são contabilizados como despesa de pessoal no valor de R\$ 12.218 (R\$ 577 em 2020). Os incentivos de longo prazo referem-se ao programa de bonificação quadrienal, implementado em 2021. Conforme descrito na Nota Explicativa nº21 (a.4) foi aprovado o Plano de outorga de opções de ações aos Diretores e Gestores da Companhia (ver Nota Explicativa nº 21(a.4)). Não são concedidos benefícios pós-emprego.

27. Gerenciamento de riscos financeiros (Consolidado)

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Os serviços vendidos pelas entidades do Grupo são denominados em reais.

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa do Grupo contra eventos adversos de mercado tais como oscilações de taxas de câmbio, preços de commodities e taxas de juros.

(i) Risco de mercado

O Grupo possui aplicações financeiras atreladas às taxas de mercado e, portanto, sensíveis às mudanças da mesma no mercado, conforme Notas Explicativas nº 5 e 6.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas pelo Grupo. Estas perdas podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

Tendo em vista a natureza e curto prazo das aplicações financeiras do Grupo, o risco de mercado é considerado muito reduzido pela administração.

(ii) Risco de crédito

O Grupo possui aplicações financeiras de liquidez imediata tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, por consequência minimizando o risco, conforme Notas Explicativas nº 5 e 6.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes do Grupo é avaliada a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, também o saldo de contas a receber em aberto por prestação de serviços aos seus clientes, os quais são diariamente monitorados. O Grupo reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes, tomando como base o tempo decorrido do vencimento do ativo financeiro e a expectativa de fluxo de caixa recuperável do mesmo (Nota Explicativa nº7).

(iii) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política de gestão de liquidez e endividamento, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros do Grupo no prazo e sem custo adicional, bem como o pagamento de dividendos de seus acionistas.

O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

Projeção do fluxo de caixa sobre as obrigações a pagar de 31 de dezembro de 2021:

	Até um ano	Acima de um ano e até cinco anos	Total
Obrigações fiscais e previdenciárias	29.571	-	29.571
Obrigações trabalhistas	9.528	-	9.528
Negociação e intermediação de valores	20.838	-	20.838
Arrendamento a pagar	2.593	5.939	8.532
Outras contas a pagar	5.061	-	5.061

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Projeção do fluxo de caixa sobre as obrigações a pagar de 31 de dezembro de 2020:

	Até um ano	Acima de um ano e até cinco anos	Total
Obrigações fiscais e previdenciárias	2.079	-	2.079
Dividendos a pagar	2.578	-	2.578
Obrigações trabalhistas	1.259	-	1.259
Arrendamento a pagar	362	230	592
Outras contas a pagar	89	-	89

(iv) Risco cambial

O Grupo não está exposto ao risco cambial tendo em vista que atua apenas no Brasil e suas transações, receitas e despesas ocorrem em Reais.

(v) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade do Grupo incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca aplicar seus recursos disponíveis em operações com taxas prefixadas, substancialmente de curtíssimo prazo

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras do Grupo são afetados pelas variações nas taxas de juros, entretanto, considerando o prazo das mesmas, o risco é considerado muito reduzido.

Análise de sensibilidade

O Grupo utiliza o cálculo do Value at Risk - VaR paramétrico para a gestão de risco de mercado dos seus instrumentos financeiros. O VaR estima a maior perda esperada em condições normais de mercado, considerando um horizonte de tempo e um intervalo de confiança. Para o cálculo utilizamos como parâmetros um intervalo de confiança de 95%, um horizonte de 1 dia e, para o cálculo das volatilidades, a metodologia EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), com fator de decaimento exponencial (lambda) de 0,94.

Abaixo quadro com os valores calculados para a data das demonstrações financeiras combinadas:

Data	VaR
31/12/2020	0,01744%
31/12/2021	0,00392%

28. Instrumentos financeiros derivativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Grupo não operou ou possui operações próprias com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

29. Informações por segmento

A Administração definiu três segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pela Diretoria, sujeitos à divulgação de informações. As políticas contábeis desses segmentos operacionais são tratadas de forma uniforme para a Companhia e suas controladas.

- (1) Administração de fundos ("Fundos") - compreende as atividades relacionadas, direta ou indiretamente, ao funcionamento e manutenção do fundo, como a supervisão diligente de seus prestadores de serviço, a preservação do melhor interesse dos seus investidores e a assecuração da estrita observância de todas as regras e procedimentos estabelecidos nos respectivos regulamentos e demais contratos da operação. Adicionalmente, cabe ao Administrador Fiduciário conferir personalidade jurídica aos fundos sob sua administração, sendo o responsável legal e tributário destes;
- (2) Serviços qualificados ("SQ") - são segregados em três grupos, voltado para prestação de serviços:
 - (a) Escrituração: o Grupo disponibiliza soluções completas para as companhias que ofertam valores mobiliários no mercado de capitais através da prestação dos serviços de Escrituração e Liquidação de Valores Mobiliários. Os serviços contemplam o registro eletrônico dos papéis emitidos, tratamento tributário, liquidação dos pagamentos, conciliação dos ativos com o depositário central (B3), envio de relatórios aos clientes e reporte periódico aos órgãos reguladores.
 - (b) Custódia: o Grupo atua na prestação de serviços para fundos de investimentos e ativos financeiros, sempre com estrita observância às melhores práticas e à legislação em vigor. O serviço compreende a guarda, registro e liquidação física e financeira de ativos, assim como o controle de eventos associados a esses ativos junto às centrais depositárias. Abrange, ainda, a verificação de lastro e guarda de documentação comprobatória nos FIDCs.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

(c) Controladoria e contabilidade: O Grupo atua na prestação de serviços para fundos de investimentos e ativos financeiros. O serviço consiste no apuração de ativos, provisionamento de taxas e despesas, apuração do valor de cota e o registro de todos os lançamentos contábeis das operações realizadas pelos fundos, em estrita observância à legislação e regulamentação vigentes. Compreende, ainda, o atendimento à auditoria e a elaboração e envio de relatórios legais e contábeis, além de informações gerenciais para os clientes.

(3) Serviços fiduciários - Primeira área de atuação do Grupo como prestador de serviços fiduciários, notadamente como Agente Fiduciário em emissões públicas. Tal serviço compreende, no âmbito do disposto na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o controle de obrigações contratuais e atuação na preservação dos direitos dos investidores, notadamente em operações estruturadas, o que o tornou referência na prestação de serviços de Agente Fiduciário. Na esteira da evolução do serviço de Agente Fiduciário, foi incluído no rol de atividades a prestação de serviços fiduciários em emissões privadas, tendo como escopo principal o monitoramento de garantias e obrigações assumidas pelos emissores, zelando pelos direitos e interesses dos credores.

Participação no resultado por segmentos - 2021

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o segmento de serviços qualificados (SQ) responde por aproximadamente 38,48% (R\$ 69.200) do total da receita líquida do Grupo, seguido por administração de fundos com 35,19% (R\$63.280) e serviços fiduciários com 26,33% (R\$ 47.362). Desta forma, é apresentada a seguir a demonstração do resultado por cada um desses segmentos:

Em 31 de dezembro de 2021	(1) Fundos	(2) SQ	(3) Serviços Fiduciários	Consolidado
Receita líquida da prestação de serviços	63.280	69.200	47.362	179.843
Receitas (despesas) operacionais	<u>(30.292)</u>	<u>(39.332)</u>	<u>(20.182)</u>	<u>(89.806)</u>
Despesas de pessoal	(21.381)	(24.403)	(12.782)	(58.566)
Despesas administrativas	(8.124)	(14.089)	(5.693)	(27.906)
Provisão p/outros créditos de liquidação duvidosa	(925)	(1.012)	(1.962)	(3.899)
Outras receitas (despesas) operacionais	138	172	255	565
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas de impostos	<u>32.988</u>	<u>29.868</u>	<u>27.181</u>	<u>90.037</u>
Receitas/despesas financeiras líquidas	839	2.626	530	3.995
Imposto de renda e contribuição social	(10.533)	(10.162)	(8.927)	(29.622)
Lucro líquido do exercício	<u>23.294</u>	<u>22.332</u>	<u>18.784</u>	<u>64.410</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Participação no resultado por segmentos -2020

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o segmento de administração de fundos responde por aproximadamente 50,31% (R\$ 23.365) do total da receita líquida do Grupo, seguido por serviços qualificados com 34,36% (R\$ 15.958) e serviços fiduciários com 15,33% (R\$ 7.117). Desta forma, é apresentada abaixo a demonstração do resultado por cada um desses segmentos:

Em 31 de dezembro de 2020	(1) Fundos	(2) SQ	(3) Serviços Fiduciários	Consolidado
Receita líquida da prestação de serviços	23.365	15.958	7.117	46.440
Receitas (despesas) operacionais	(5.068)	(3.462)	(1.543)	(10.073)
Despesas de pessoal	(4.165)	(2.844)	(1.269)	(8.278)
Despesas administrativas	(536)	(366)	(163)	(1.065)
Provisão p/outros créditos de liquidação duvidosa	(391)	(267)	(119)	(777)
Perda de créditos não recuperados	(71)	(49)	(22)	(142)
Outras receitas (despesas) operacionais	95	64	30	189
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	18.297	12.496	5.574	36.367
Receitas/despesas financeiras líquidas	33	23	10	66
Imposto de renda e contribuição social	(2.776)	(1.896)	(846)	(5.518)
Lucro líquido do exercício	15.554	10.623	4.738	30.915

A apresentação do resultado por segmentos do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não inclui as empresas MCFL, OT DTVM e OT Pagamentos, que passaram ao controle da Companhia em 2021 (ver Nota Explicativa nº21). Assim, para uma melhor visão comparativa, deve ser considerada a informação apresentada na Nota Explicativa nº4(q).

30. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas decorrem do curso normal dos negócios e são efetuadas a valores e taxas usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

A Companhia investe no Fundo de Investimento OT Soberano (Nota Explicativa nº6), o qual é administrado e gerido pelas empresas controladas. O pagamento de dividendos aos acionistas e a remuneração dos administradores, estão demonstrados nas Notas Explicativas nº15 e 26, respectivamente.

OLIVEIRA TRUST S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada Holding S.A apresentava saldo em conta corrente na investida OT DTVM S.A, que ora seguem apresentados:

Ativo	Relacionamento	Saldos Eliminados na consolidação	
		31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Equivalente de Caixa Holding S.A.	Controlada	91	-
<hr/>			
Passivo			
Negociação e intermediação de valores			
Oliveira Trust DTVM S.A	Controlada	91	-

31. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros, com objetivo de prover a cobertura contra incêndios, danos patrimoniais e subtração de ativos imobilizados, os quais são utilizados nas atividades operacionais. Desta forma, em 31 de dezembro de 2021 estão contratados seguros cobrindo valores em risco de até R\$27.235.

32. Contingências judiciais

- (i) Ação de repetição de indébito pela não incidência de ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS

Em 14 de março de 2017, a OT DTVM impetrou ação de repetição de indébito com pedido de tutela provisória antecipada em caráter antecedente sobre a declaração de não incidência de ISS na base de cálculo do PIS/COFINS dos últimos 5 (cinco) anos. A estimativa do valor da causa é de R\$ 484.

Após réplica, em 25 de agosto de 2017, o pedido foi julgado procedente, em parte, condenando a União a restituir a exação recolhida a maior, mediante compensação com contribuição da mesma espécie e destinação com atualização pela taxa SELIC. A União ingressou com recurso de apelação, sem sucesso, tendo oposto então Recurso Extraordinário, que acarretou o sobrestamento do processo até julgamento de recurso de repercussão geral - Recurso Extraordinário n.º 592.616.

Atualmente aguarda-se julgamento do recurso mencionado acima.

- (ii) Mandado de Segurança pela inexigibilidade do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras
Interposta em 31 de agosto de 2007, a ação, dentre outros pleitos, busca a compensação do indébito tributário ao que recolheu a título de PIS e COFINS indevidamente nos últimos 5 anos, contados da distribuição da demanda.
O processo aguarda julgamento de recurso especial selecionado pelo Tribunal em relação ao tributo PIS. Com relação ao COFINS, a Instituição peticionou junto ao D. Juízo para prosseguimento do feito, sem lograr êxito, por entender o Juízo que se deve aguardar o julgamento total do recurso, isto é, em relação à parte que diz respeito ao PIS.
- (iii) A OT DTVM é parte integrante de ação ordinária proposta pelo autor Union National FIDC Financeiros e Mercantis (“Fundo”) contra a entidade, entre outros, requerendo que seja reconhecida a responsabilidade solidária destes com relação aos supostos inadimplementos condenando-os a indenizarem os danos emergentes e os lucros suportados pelo autor da ação.

Em 16 de outubro de 2020, foi proferida sentença, em 1ª instância julgando parcialmente procedentes os pedidos do Fundo, tendo sido julgados improcedentes os pedidos em relação à OT DTVM. Contra referida sentença, em 18 de dezembro de 2020, foram opostos recursos de apelação pelo Fundo e outros, os quais foram distribuídos em 01 de junho de 2021 ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para julgamento.

Tendo em vista a prolação de sentença de improcedência da ação movida pelo Fundo em relação à OT DTVM, em 31 de dezembro de 2020 os advogados que patrocinam a causa reavaliaram a expectativa de perda do processo de possível para remota (posição essa reafirmada para a data-base de 31 de dezembro de 2021).

(iv) Na condução regular da prestação de serviços de administração de fundos de investimento, e na qualidade de responsável tributária, por substituição, a OT Servicer está respondendo a lançamento da Autoridade Fiscal, ocorrido em 2020, relacionado à eventual diferença de recolhimento de tributos. O processo, cujo valor envolvido é de R\$ 25.540, mil, encontra-se ainda na fase administrativa, sendo que a expectativa de perda, nesta fase, atribuída pelos assessores jurídicos, é possível. Se, eventualmente, a decisão for desfavorável na esfera administrativa, a Administração poderá discutir judicialmente o mérito do referido lançamento, de modo que não é praticável, nesse momento, estimar o tempo para resolução definitiva desta demanda, e o seu eventual efeito financeiro, se houver. Não obstante, os cotistas do fundo de investimento envolvido, têm capacidade financeira e garantem, integralmente, todos os custos a serem incorridos ao longo do processo, incluindo perdas decorrentes de eventual decisão final desfavorável, de modo que não haverá qualquer impacto econômico-financeiro para a OT Servicer ou Companhia em decorrência do referido processo.

(v) Ação de Rescisão Contratual proposta por Cel Participações S/A

Trata-se de ação de rescisão contratual cumulada com responsabilidade civil proposta em 2001 por Cel Participações S/A - CELPAR em face da OT Servicer, pleiteando a rescisão do contrato particular firmado entre as partes ("Ação Principal").

Apresentadas contestação e reconvenção pela OT Servicer contra a CELPAR, foi então proferida sentença de improcedência da Ação Principal, julgando procedente a Reconvenção, condenando a CELPAR no pagamento das prestações vencidas e não pagas referentes aos serviços prestados pela OT Servicer, acrescidas de correção monetária e juros a contar da citação, bem como ao pagamento das despesas processuais e honorários fixados em 10% sobre o valor da condenação.

Em fase de execução de sentença, deferida penhora do faturamento de escolas pertencentes ao grupo econômico da CELPAR, o Administrador Judicial nomeado para efetivação do levantamento e arrecadação do numerário apresentou relatório com parecer favorável para realização de penhora on line do valor integral da execução, que perfaz a quantia de R\$ 3.425 (setembro 2021).

Atualmente, aguarda-se decisão acerca do pleito da OT Servicer para o levantamento do valor de penhora efetivada positivamente nas contas de empresas do grupo do CELPAR, para viabilizar o correspondente reconhecimento contábil.

Com exceção do exposto acima, o Grupo não é parte integrante de outros processos judiciais e/ou administrativo relevantes nas esferas cível, tributária ou trabalhista.

33. Outras informações

(a) Recursos sob administração e custódia

Em 31 de dezembro de 2021, os patrimônios líquidos dos fundos sob administração do Grupo, totalizavam R\$ 86 bilhões e os ativos em custódia R\$ 86 bilhões.

(b) Majoração da alíquota de Contribuição social sobre o lucro

A partir de 1º de julho de 2021, entrou em vigor a Medida Provisória 1.034, que alterou de 15% para 20% a alíquota da contribuição social sobre o lucro das distribuidoras de títulos e valores mobiliários. Tal alíquota vigorou até 31 de dezembro de 2021, sendo restabelecido o percentual de 15% a partir de 1º de janeiro de 2022.

(c) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) e IAS 7.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 21, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ocorreram transações relevantes que não envolveram caixa, portanto não refletidas na demonstração dos fluxos de caixa, relativas ao aumento de capital social da Companhia com ações da MCFL e OT DTVM, totalizando R\$ 28.522.

34. Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2021 e até a presente data ocorreram eventos que podem influenciar as decisões econômicas a serem tomadas pelos usuários com base nessas demonstrações financeiras que ora seguem:

- a) Em janeiro de 2022, a controlada OT DTVM adicionou em seu portfólio, no segmento de Agente Fiduciário, um novo tipo de serviço denominado Conta Vinculada, que contempla a abertura de conta pagamento, do tipo pré-paga, com fim exclusivo de recepcionar recursos de uma operação financeira estruturada.

OLIVEIRA TRUST S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

- b) Em janeiro de 2022, a controlada OT DTVM subscreveu e integralizou ações do capital da Liqi Digital Assets S.A, no valor de R\$ 10.000, correspondente a uma participação minoritária de 10% na empresa, a qual é uma sociedade anônima de capital fechado, "startup" de tokenização e blockchain.

José Alexandre Costa
de Freitas
Diretor
CPF: 008.991.207-17

Carlos Henrique Correa
Sismil
Diretor
CPF: 011.896.377-58

Geisa Gomes de A.A.
Cunha
Contadora
CRC-RJ: 088415/O-2
CPF: 093.165.737-77